



Índice

- 01** [PF prende três em operação contra milícia em aldeia indígena de MS](#)
- 02** [Pescadores reclamam de prejuízos após construção de píer no ES](#)
- 03** [Câmara quer construir Parque Nômada para as famílias de etnia cigana](#)
- 04** [Diante do massacre imposto, comitiva Guarani-Kaiowá cobra dos órgãos governamentais garantia de direitos previstos na CF em Brasília](#)
- 05** [Mil crianças do distrito de Calama, RO, recebem festa na comunidade](#)
- 06** [Demandas indígenas perdem espaço na política](#)
- 07** [‘Banqueiro-cartola’ tenta inclusão de time indígena na Copa São Paulo](#)
- 08** [Agroindústria de produção de polpa de frutas vai impulsionar o desenvolvimento de Cujubim](#)
- 09** [Guarani-Kaiowá ao Poder Executivo: “estamos dispostos a morrer coletivamente caso nossos direitos não sejam garantidos”](#)
- 10** [CNPI realiza 25ª reunião ordinária](#)
- 11** [Crise na saúde indígena no Araguaia: povo Karajá está sem atendimento médico nas aldeias](#)
- 12** [Fundação Palmares certifica 27 comunidades quilombolas do Maranhão, Bahia e Minas Gerais](#)
- 13** [Após morte de criança por desnutrição, mais um atentado a tiros contra a comunidade de Pyelito Kue](#)
- 14** [Oficina de orientação para editais da cultura afro](#)



- 15** Índio, Telmário foi o senador mais votado da história de RR
- 16** Polícia apura mais 2 casos de abuso sexual em aldeia indígena em MS
- 17** Complexo turístico em Maricá coloca em risco meio ambiente, dizem especialistas
- 18** Milícia armada impedia crianças irem para escola em aldeia no MS
- 19** MPF/MS: ameaça a líder guarani-kaiowá reacende alerta sobre violência contra indígenas
- 20** Juiz Federal concede reintegração a fazendeiro por considerar “cultivo de plantações” do povo

Terena “esbulho possessório”

21 Organizações internacionais pedem que ministros alemães pressionem governo do AC a investigar ataques à sede do Cimi

- 22** Ciclistas pretendem percorrer 2,6 mil km e mostrar como vive a população ribeirinha
- 23** Porto Velho passa administração do Terminal hidroviário à Ahimoc
- 24** Indígenas de Dourados passam sede e você pode fazer a diferença
- 25** MS – “O sertão se faz presente dentro da maior Reserva Indígena do Brasil”
- 26** Movimento popular realiza grito do semiárido no Piauí para barrar mineradoras
- 27** Mesa discute comunidades quilombolas inseridas em unidades de conservação no Vale do

Ribeira (SP)

- 28** Mocambo receberá primeiros títulos de propriedade de território quilombola registrados em Sergipe



01 PF prende três em operação contra milícia em aldeia indígena de MS

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 16.10.2014

*Operação Parajás foi realizada na comunidade de Laguna Carapã.
Ao todo, nove mandados de busca e apreensão foram cumpridos.*

Do G1 MS

A Polícia Federal prendeu, nesta quinta-feira (16), três pessoas durante operação contra a atuação de uma milícia armada na aldeia indígena Rancho do Jacaré, município de Laguna Carapã (MS). Segundo a PF, os suspeitos são indígenas e foram detidos em flagrante por posse ilegal de arma de fogo.

Ao todo, nove mandados de busca e apreensão foram cumpridos durante a operação Parajás.

Conforme a PF, a milícia praticava uma série de crimes contra os membros da comunidade indígena, tais como tentativa de homicídio, lesões corporais, ameaça e constrangimento ilegal. A milícia armada, de acordo com a PF, também proibia que crianças e adolescentes frequentassem as escolas, impedia a realização de cultos e causava obstáculos para que servidores públicos prestassem serviços dentro da comunidade.

Na ação, foram apreendidas quatro espingardas calibre 32, um cano de uma espingarda, esferas, espoletas e munições. Na casa de um cidadão paraguaio que morava na aldeia, foram encontrados documentos pessoais e cartão de saque de benefício previdenciário em nome de um indígena brasileiro. Ainda de acordo com a PF, o cidadão paraguaio confessou que recebia indevidamente os benefícios.

02 Pescadores reclamam de prejuízos após construção de píer no ES
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 16.10.2014

*Segundo eles, maré aumentou e pescado diminuiu em Aracruz.
Ondas fortes vêm provocando estragos nos barcos, dizem trabalhadores.*

Do G1 ES, com informações da TV Gazeta*

<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/10/pescadores-reclamam-de-prejuizos-apos-construcao-de-pier-no-es.html>

Pescadores que atuam nas praias de Aracruz, região Norte do Espírito Santo, estão enfrentando dificuldades para tirar o sustento do mar. De acordo com eles, depois da construção de um píer na praia de Barra do Sahy, a maré começou a ficar mais alta e as ondas vem provocando danos aos barcos utilizados durante a pesca. Além disso, os profissionais dizem que a quantidade de peixes no local também diminuiu após as obras. Questionado, o estaleiro Jurong, responsável pela construção da estrutura, disse que o monitoramento da praia e que os estudos não vêm apontando tais interferências no local.

Uma das pessoas que vem sentindo o prejuízo com os problemas recentes é o pescador Alvemar Gomes. Há 40 anos vivendo da pesca, ele conta que há cerca de 15 dias a embarcação utilizada para trabalhar afundou após a passagem de uma ventania. "Agora, mesmo com o pouco vento, a maré vem e bate nos barcos, joga na praia, quebra. Nós não temos o que fazer", lamentou.



Luiz conserta parte dos estragos provocados pelas fortes ondas (Foto: Reprodução/TV Gazeta)

Uma situação semelhante aconteceu com o também pescador Luiz Cordeiro, que teve a madeira de um barco, comprado há dois anos, quebrada pelas fortes ondas. "Quase que eu me afoguei, porque eu fui tentar salvar o meu patrimônio. Ele bateu nas pedras e não teve como salvar", disse. Com o incidente, Luiz contou que vai ter que arcar com prejuízo, que deve ficar superar R\$ 5 mil. "Um dinheiro da pesca que estava guardado, aí aconteceu isso. Tem que investir outra vez para começar de novo. E mesmo assim, receosos. Tem hora que eu tenho vontade de consertar ele e vender, porque desanimei de deixar barco

CONT.



aqui", declarou.

Esse mesmo desejo de abandonar a pesca parece estar sendo compartilhado com outros colegas de profissão. De acordo com a associação que representa o setor, 40 pescadores atuavam na localidade. Atualmente, esse número caiu para 15. Entre os motivos, estaria o fato de as embarcações ficarem atracados em mar aberto, onde acabam sofrendo danos e gastos. Para solucionar o problema, eles pedem a construção de uma estrutura para proteger a costa da força das ondas.

"Para nós, um quebra-mar de 150 por 100 metros seria o ideal. E se não conseguisse o quebra-mar, uma boca de barra para entrada do rio também seria bom", disse o pescador Claudinei Miranda. Ainda de acordo com ele, os prejuízos vem contribuindo para diminuir uma atividade importante para o município. "Tem muita gente desistindo. A maioria dos barcos que tinham aqui já foram vendidos, outra parte está quebrada no rio. Antes de 15 dias, dois barcos quebraram. Então está acabando com os pescadores", disse.

Outro Lado

O estaleiro Jurong, que realizou a construção do píer, informou que faz estudos de monitoramento da praia a cada dois meses, e que eles mostram que as obras não têm interferido na intensidade das marés. A empresa também disse que monitora o desembarque pesqueiro e que os dados não apontam queda do pescado. Sobre a construção da estrutura pedida pelos profissionais, a Jurong esclareceu que já possui a licença ambiental dada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema), e que depende da liberação da Secretaria de Patrimônio da União.

Em relação à mudança relatada pelos trabalhadores sobre a maré, a oceanógrafa Jaqueline Albino disse que outros fatos podem estar envolvidos com a alteração da onda. Para determinar esses fatores, é preciso fazer uma análise do clima de ondas do período anterior e posterior às obras, para averiguar as condições.

* Com colaboração de Anelice Sena, da TV Gazeta.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

03 Câmara quer construir Parque Nômade para as famílias de etnia cigana

SÍTIO O TEMPLÁRIO, 16.10.2014

As afirmações que a presidente de Câmara Anabela Freitas proferiu publicamente acerca da construção de um parque nômade em 2015 para realojamento das famílias ciganas que se encontram no Flecheiro mereceu algumas críticas dos vereadores da oposição na última reunião de Câmara.

Os vereadores da oposição, do PSD, consideram que a presidente deveria dar as informações em primeiro lugar à Câmara, porque afirmam não ser já a primeira vez que sabem das notícias pelos meios de comunicação social de Tomar. - Todos os pormenores nesta edição do jornal 'O Templário'



04 Diante do massacre imposto, comitiva Guarani-Kaiowá cobra dos órgãos governamentais garantia de direitos previstos na CF em Brasília
SÍTIO CIMI, 16.10.2014

Inserido por: Administrador em 16/10/2014.

Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação-Cimi

Por Luana Luizy,

de Brasília (DF)

Frente ao maior genocídio étnico e cultural do país, 40 lideranças Guarani-Kaiowá pediram agilidade das demarcações dos órgãos governamentais e denunciaram os frequentes ataques e violações impetrados pelo Estado brasileiro essa semana em Brasília.

Cheios de expectativas, com suas rezas e danças na tentativa de sensibilizar os ministros, os indígenas acamparam em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde desta quarta-feira (15), onde passaram a noite em vigília contra uma decisão do STF que poderá inviabilizar os processos demarcatórios das terras Guarani-Kaiowá. A decisão é referente à Terra Indígena Guyraroká, localizada próximo ao município de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Os Guarani-Kaiowá pediram a nulidade de uma decisão da 2ª Turma da Corte que anula o reconhecimento do Estado à terra ancestral, pois não foram ouvidos durante o processo. O Supremo acatou a tese do marco temporal e considerou que os indígenas não teriam direito a terra, pois não estavam na área em 1988, data da promulgação da atual Constituição Federal. Entretanto, os Guarani e Kaiowá afirmam que a decisão foi baseada em uma interpretação equivocada, uma vez que foram vítimas de remoções forçadas.

“No próprio governo de Getúlio Vargas nós fomos expulsos. Em 1930 já tinha pistoleiro, jagunço do fazendeiro para matar o indígena que estava lá. Prolongou-se a situação na ditadura militar. E querem que a gente esteja lá?”, questionou a liderança Daniel Vasques Guarani Kaiowá.

Segundo o Relatório Figueiredo, a expulsão dos indígenas de Guyraroká se iniciou em meados do século 20 e se estendeu até os dias atuais. No entanto, os Guarani e Kaiowá sempre tiveram uma relação espiritual com o território e, portanto, nunca deixaram de ter vínculo com o tekoha, a terra sagrada para os Kaiowá.

Os indígenas já sentem o efeito da decisão do Supremo, pois muitos mandatos de reintegração de posse já foram concedidos perante a determinação, como a ordem de despejo marcada para o dia 26 de outubro do território tradicional de Kurussu Ambá, localizado em Coronel Sapucaia, comunidade à beira de um

CONT.



genocídio anunciado.

Na busca pelo diálogo, os indígenas distribuíram cartas aos ministros e um memorial sobre o contexto histórico, além de alertá-los sobre o peso que as atuais decisões poderão interferir no reconhecimento de suas terras.

Durante a semana, a comitiva também foi recebida pela Frente Parlamentar Indígena da Câmara dos Deputados, como forma de agradecer aos deputados que atuaram na causa indígena e buscar apoio, tendo em vista o aumento da bancada ruralista no Congresso nas eleições deste ano. “ A bancada ruralista aumentou em 30% para 2015, vocês vão ser ainda mais ameaçados e precisam além de deputados parceiros irem para as ruas, pois os fazendeiros e elites querem retirar não só a terra, mas a vida de vocês. Diversos dispositivos governamentais como a PEC 215, novo código de mineração possuem grandes chances de serem aprovados no próximo ano, frente a nova composição da casa, vocês precisam ir para as ruas, pois o cenário que se configura não é nada favorável”, disse o deputado federal Padre Ton (PT), que não conseguiu a reeleição.

Confira [aqui](#) o memorial entregue aos ministros

Histórico de violações

No Mato Grosso do Sul, encontra-se a segunda maior população indígena do país, mas com os piores índices de demarcações e com os maiores índices de violações de direitos humanos, conforme os inúmeros relatórios publicados por diversas organizações da sociedade civil e relatórios publicados por órgãos do Estado brasileiro.

Na década de 1920, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criou oito reservas, onde os indígenas ficaram confinados, em resposta a estas ações, os indígenas estão mobilizados na defesa de seus direitos e voltam mais uma vez ao tekoha no processo de retomadas. Atualmente os indígenas vivem no estado em mais de 40 acampamentos indígenas, que são comunidades na beira de rodovia esperando a demarcação de suas terras.

A vida nos acampamentos é uma dura e triste realidade, onde os indígenas estão expostos a altos índices de mortalidade infantil e mortes por atropelamentos constantes, uma vez que muito desses acampamentos estão localizados na beira de rodovias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Outro dado que corrobora esse quadro de violência é o índice alarmante de suicídio nos Guarani-Kaiowá, devido situação de extrema violência desses povos. Só no ano de 2013, segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) foram registradas 73 casos de suicídio no Mato Grosso do Sul, o maior número nos últimos 28 anos.

A decisão sobre a terra Guyraroká fragiliza garantias constitucionais dos Guarani-Kaiowá, o direito originário não pode ser desconsiderado sob pena de inviabilizar demarcações e decretar extermínio aos povos, cabe agora ao judiciário resolver o conflito e garantir os direitos constitucionais indígenas previstos na CF.



05 Mil crianças do distrito de Calama, RO, recebem festa na comunidade
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 16.10.2014

Evento foi realizado nesta quinta-feira, 16, no campo do distrito.

Festa seria no dia 12, mas foi suspensa devido a acidente em travessia de rio.

Gaia Quiquiô

Do G1 RO

Mil crianças do Distrito de Calama participaram na manhã desta quinta-feira (16) do "Dia da Criança Ribeirinha". A festa aconteceria no último domingo (12), mas um acidente causado pela forte chuva e ventania, no sábado (11), naufragou duas voadeiras [pequenas embarcações] no Rio Madeira, perdendo uma parte dos alimentos e colocando em risco a vida da administradora do distrito, Priscilla Pantoja. Com isso, o evento teve que ser adiado.

É o segundo ano que a comunidade realiza a festa para as crianças do distrito e de 11 vilas adjacentes, com doações de alimentação pela Usina de Samuel, brinquedos arrecadados e doações de empresas, como uma associação que conseguiu repassar um valor em dinheiro para aluguel de pula-pulas.

O acidente

No sábado, por volta de 14h30, Priscilla saiu de Porto Velho, junto com outras pessoas, em duas voadeiras, transportando uma parte da alimentação do evento. Durante a travessia no Rio Madeira, uma tempestade virou os barcos, um deles inundou na praia e o outro, no qual a administradora estava, virou no meio do rio.

Priscilla conta que usava um colete salva-vidas "muito pequeno", mas conseguiu nadar um pouco, até desmaiar. Um homem que estava no barco com ela também tentou se salvar nadando. A administradora acordou e conseguiu se segurar em um tronco e os dois foram socorridos por outra voadeira que atravessava o rio naquele momento. "Foi Deus mesmo que me salvou", disse Priscilla.

Segundo a administradora, uma balsa prestou socorro e os dois passaram a noite no alojamento do barco, conseguindo chegar a São Carlos apenas na manhã de domingo. A Defesa Civil e a Marinha Brasileira estavam iniciando a operação de resgate quando foram avisados do paradeiro deles.

A administradora do distrito não desistiu de dar continuidade à programação e a população se reuniu junto às igrejas para promover a festa.



06 Demandas indígenas perdem espaço na política
SÍTIO DW, 16.10.2014

Karina Gomes

Índios não têm representação parlamentar desde 1986. Com Congresso mais conservador e obstáculos para ingresso em partidos, suas reivindicações terão ainda menos chances de serem ouvidas, preveem especialistas.

O índio Daniel Leme Vasquez e outras 39 lideranças guaranis-kaiowás passaram a madrugada desta quinta-feira (16/10) acampados em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Sem terras demarcadas, eles pedem proteção federal às centenas de famílias que vivem em barracas de lona à beira da estrada em Mato Grosso do Sul.

“Viemos reivindicar nossos direitos, que têm sido continuamente violados. Só queremos viver dignamente. Sempre recebemos ameaças de fazendeiros, não temos água potável”, conta Vasquez.

Sem uma representação de fato no Congresso Nacional, os índios tentam ter voz se articulando em entidades de classe, mas encontram diversas barreiras para ingressar na política. Nestas eleições, apenas 80 indígenas se candidataram aos cargos de deputado estadual e federal, e três pleitearam vagas no Senado. Nenhum foi eleito.

Os povos indígenas, que somam 817 mil pessoas, representam 0,4% da população brasileira, de acordo com o IBGE. O único índio que se tornou parlamentar na história do país foi o cacique xavante Mário Juruna. Eleito em 1986, o ex-deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro foi responsável pela criação da Comissão Permanente do Índio na Câmara dos Deputados.

“São candidaturas difíceis de serem construídas. E, se eleitos, eles teriam dificuldades para enfrentar a agenda do Congresso. Eles também são minoria entre a população em termos estatísticos”, diz Carmela Zigoni, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que fez um levantamento sobre a composição parlamentar da próxima legislatura.

Barreiras políticas

Segundo Carmen Junqueira, professora titular do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências

CONT.



Sociais da PUC/SP, a falta de representação indígena no Congresso não faz muita diferença no âmbito da política institucional, já que as ações federais no setor são de atribuição do Executivo.

"Com o Congresso dominado por ruralistas e partidos mais à direita, é difícil articular demandas indígenas. Seria bom que eles pudessem participar, mas não pensando que vão alcançar maiores direitos", avalia. "Eles vão conseguir muito mais por meio das suas próprias associações do que com o Congresso Nacional."

Para entidades de defesa de direitos dos índios, a representação parlamentar é desequilibrada em favor dos setores contrários às demandas dessa parcela da população. E o financiamento privado de campanha é um dos principais fatores.

"Grupos de madeireiros, mineradoras e empreiteiras financiam e conseguem eleger parlamentares que vão usar seus mandatos para defender os interesses desses conglomerados econômicos", afirma o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto. "Candidatos que se comprometem com as causas indígenas não encontram esse apoio e têm dificuldade em se eleger."

Além disso, as lideranças indígenas enfrentam barreiras para entrar em partidos e participar de jogos políticos de aliança, rompimento e troca. "Há muito preconceito contra nós dentro das legendas. É muito difícil conseguirmos entrar na política", afirma o índio Daniel Vasquez, que pretende se candidatar a vereador para as eleições municipais, em 2016.

A pesquisadora Marta Maria do Amaral Azevedo, do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp, avalia que, apesar dos entraves, os povos indígenas avançaram na questão da representatividade no Poder Executivo, estando presentes em vários conselhos de saúde, educação e de política indigenista.

"Por outro lado, temos verificado uma diminuição do apoio da sociedade às causas indígenas devido à luta pela terra e, sobretudo, por causa do preconceito existente dentro dos partidos contra a presença de indígenas", opina.

Mobilização

A aposta dos movimentos indígenas tem sido a mobilização direta das comunidades para pressionar tanto o Congresso quanto o Poder Executivo.

A candidata à reeleição pelo PT, Dilma Rousseff, e o ex-governador Aécio Neves (PSDB) se comprometem em dar atenção à questão da demarcação de terras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Nesta quinta, as lideranças indígenas guaranis-kaiowás se reuniram com representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Ministério Público Federal (MPF).

“O ato em Brasília serve para destacar desdobramentos que todas as violações sofridas por povos indígenas podem ter na próxima legislatura. Eles querem se aproximar dos novos deputados e, especialmente, dos que vão integrar a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas”, afirma Cleber Buzatto, do Cimi.

07 'Banqueiro-cartola' tenta inclusão de time indígena na Copa São Paulo
SÍTIO FUTEBOL INTERIOR, 16.10.2014

O cartola enviou dirigentes às fronteiras do Brasil com Colômbia e Peru para recrutar jovens indígenas

por Agência Futebol Interior

Campinas, SP, 16 (AFI) – Um dos homens mais poderosos do futebol paulista, o banqueiro e acionista do Banco Bradesco, Mário Teixeira (foto abaixo) quer inovar. Depois de comprar o Audax São Paulo e Rio de Janeiro, agora o dirigente tenta nos bastidores a inclusão de um time indígena na Copa São Paulo de 2015.



Mário Teixeira, mais conhecido como Mário Ponte Preta, enviou dirigentes do Grêmio Osasco, no qual também é investidor, para perto das fronteiras do Brasil com Colômbia e Peru. A ideia é observar alguns jovens e trazê-los para jogar a competição juniores, com início previsto para o dia 3 de janeiro.

A ideia já foi encaminhada à Federação Paulista de Futebol (FPF), que ainda não se pronunciou oficialmente. Apesar disso, nos bastidores os dirigentes da entidade encaram a inclusão com algumas ressalvas. Uma reunião nas próximas semanas pode definir se os indígenas terão a chance de jogar a Copinha.

A proposta não poderia ter surgido de outra pessoa. Mário Teixeira é um senhor poderoso e que sempre gostou de futebol. Especialmente da Ponte Preta. Porém, foi investir no Grêmio Osasco, e em seguida tomou gosto pelo negócio e comprou o Audax. A Portuguesa mesmo já foi alvo do cartola, que fez proposta para transformar o time da capital em Portuguesa Audax.

A Copa São Paulo de Futebol Júnior será disputada entre os dias 3 e 25 de janeiro, e apenas jogadores nascidos de 95 a 99 podem disputa-la.



08 Agroindústria de produção de polpa de frutas vai impulsionar o desenvolvimento de Cujubim
SÍTIO RONDONIAOVIVO.COM, 16.10.2014

A comunidade de Cujubim Grande, localizada a cerca de 40 quilômetros de Porto Velho, é conhecida pela agricultura familiar, com destaque para o cultivo de frutas como açaí, abacaxi, acerola, cupuaçu, cajá, maracujá e manga, que são comercializadas in natura ou em polpas na própria comunidade ou em pequenos mercados da capital. Porém, um dos problemas enfrentados, sempre foi a perda de boa parte da produção devido à falta de uma cadeia comercial estruturada. “Era comum chegar aqui e ver o chão dos lotes forrado de mangas ou acerolas estragando”, afirma o analista Socioambiental do Instituto Fecomércio, Pablo Rozo.

Para fomentar o desenvolvimento econômico da região, a Santo Antônio Energia está construindo uma agroindústria de produção de polpa de frutas em Cujubim Grande que será administrada pela Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira (Coomade) . A obra, que já está com mais da metade dos serviços concluídos, é um dos trabalhos do Programa de Ações à Jusante da concessionária, inserido no Programa Básico Ambiental

A agroindústria terá uma área de processamento com câmaras frias, setor de embalagens, armazenamento e laboratório. A área administrativa contará com escritórios, vestiários, depósito e copa. Todo o maquinário como despulpadeiras semi- industriais, pasteurizadores e empacotadoras também serão comprados pela Santo Antônio Energia e a expectativa é de que tanto as obras como os maquinários sejam entregues até o final deste ano.

Além da construção e da compra dos equipamentos, a concessionária contratou a Fecomércio para capacitar a comunidade com cursos que começaram no início do ano passado e que ensinam desde o planejamento da parte administrativa , como a gestão de negócios e contabilidade, até a produção com aulas de operação de caldeiras e câmaras frias, higienização e armazenamento dos alimentos.

Iracilda Ferreira, de 48 anos, cultiva manga, cupuaçu e caju em seu lote e confessa que “não vê a hora” de começar a trabalhar na agroindústria. “Perdia muita produção que acabava estragando porque não havia mercado. Agora, vendo as obras da agroindústria, estou cada dia mais animada porque ela irá trazer muitos benefícios para nós”, declara. O diretor financeiro da Coomade, José Wilson Melo, também está animado e já faz planos para o futuro. “Este projeto beneficiará bastante os ribeirinhos porque nos dará visibilidade e agregará valor aos nossos produtos. Vamos provar que este trabalho da agroindústria é viável e sustentável e espero que possamos vender nossos produtos para Porto Velho, para o Brasil e, quem sabe, para o mundo”, conclui.

Fonte: Assessoria/Informe



09 Guarani-Kaiowá ao Poder Executivo: “estamos dispostos a morrer coletivamente caso nossos direitos não sejam garantidos”

SÍTIO CIMI, 17.10.2014

Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação - Cimi

Carolina Fasolo,

de Brasília (DF)

Lideranças Guarani-Kaiowá protocolaram na tarde dessa quinta-feira (16) em órgãos do Poder Executivo dois documentos assinados pelo Conselho Aty Guasu. Os indígenas estavam em Brasília desde terça-feira (14) para tentar dialogar com os órgãos públicos e denunciar os desmontes a seus direitos constitucionais e a consequente situação de vulnerabilidade, violência e miséria que a população indígena em Mato Grosso do Sul têm enfrentado.

Um dos documentos, destinados ao Ministério da Justiça, foi recebido e assinado por Marcelo Veiga, assessor especial do ministro José Eduardo Cardozo. Nele, o Conselho Aty Guasu demanda o ingresso imediato de pedido de anulação do processo de reintegração de posse contra Kurussu Ambá, assim como o envio da Polícia Federal ou da Força Nacional de Segurança para o local, onde já ocorreu um ataque em que os barracos dos indígenas foram queimados e, mesmo com determinação judicial, nenhum tipo de segurança foi oferecida a comunidade, que é [ameaçada diariamente](#).

Sobre processos de reintegração de posse, os indígenas anunciam: “Reforçamos que estamos dispostos a morrer coletivamente no estado do MS caso nossos direitos não sejam garantidos” e dizem que em Kurussu Ambá resistirão “até mesmo contra a polícia federal” se acontecer o despejo - previsto para o próximo dia 26. “Anunciamos que outras aldeias já estão mobilizadas e lutarão junto com o povo de Kurussu Ambá contra a retirada da comunidade de seu território tradicional”.

O Ministério da Justiça se comprometeu, nos termos do documento, a dialogar com a Força Nacional e a Polícia Federal a fim de instalar um programa de acompanhamento “em caráter de ação mais ostensiva e com maior contingente destes órgãos nas áreas e rotas de fronteira que hoje estão ameaçadas de despejos forçados pelos pistoleiros e jagunços dos fazendeiros. São elas: Kurussu Ambá, Guaiviry, Yvy Katu, Pyelito Kue, Sombreiro, Arroio Corá e Ipo’y”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Em Mato Grosso do Sul existem 36 veículos da Força Nacional de Segurança, mas, de acordo com o documento, “estes veículos estão parados junto a sede da Funai de Dourados, enquanto isso nosso povo vem sendo massacrado”. Nesse sentido, solicitam um programa semelhante para áreas em “perigo constante de conflito”, como Guirá Kambi’y, Laranjeira Nhanderu, Passo Piraju, Apyka’i, Taquara e Pacurity.

A respeito das retomadas, os indígenas finalizam “Não recuaremos mesmo sabendo que nosso povo está ameaçado de um genocídio coletivo que pode começar a qualquer momento. A partir desta data, tendo ciência destes fatos, o Governo será responsável por qualquer dano sofrido pelo nosso povo. A decisão está nas mãos da Justiça e do Governo Federal”.

Marcelo Veiga, assessor do ministro da Justiça, disse que uma audiência para tratar de outras medidas de segurança será providenciada entre Eduardo Cardozo e membros das aldeias Guarani-Kaiowá “para a data mais urgente possível”.

O segundo documento foi protocolado na Advocacia Geral da União (AGU), Casa Civil e no Ministério da Justiça para anunciar que, caso os processos de demarcações de terras indígenas continuem paralisados, iniciarão “um grande movimento de retomadas de todas nossas áreas tradicionais porque entenderemos que não existe para nós outro caminho e estamos ficando sem espaço e condições de vida digna. [...] Toda a violência que estamos sofrendo é consequência da paralisação das demarcações de nossas terras e das tentativas da implementação na prática de artifícios como a PEC 215 e a portaria 303 da AGU, já repudiadas pelos povos indígenas em definitivo. Essas medidas atacam nosso direito a Tradicionalidade e demais direitos conquistados junto a Constituição Federal de 1988”.

Os indígenas pedem ainda segurança para as áreas em conflito no estado e a revogação da Portaria 303 da AGU. “A portaria é uma afronta a todos nossos direitos conquistados com muito sangue e com a luta do nosso povo. Resistiremos a ela sempre e se chegar a ser aprovada faremos grande movimento nacional”.

[Clique aqui](#) para ler o documento protocolado no Ministério da Justiça e [acesse aqui](#) a carta entregue na Advocacia Geral da União (AGU), na Casa Civil e no Ministério da Justiça.

Assista abaixo o documentário “Apyka’i – Vida e Luta pelo Tekohá”, entregue essa semana aos ministros do Supremo Tribunal Federal, que expõe a situação de vulnerabilidade dos Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul e as precárias condições de vida nos acampamentos indígenas no estado

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7781&action=read

Mato Grosso do Sul é o estado com a segunda maior população indígena do Brasil. Apenas do povo Guarani Kaiowá existem mais de 40 mil indígenas que lutam para retomar os territórios dos quais foram expulsos. Na esperança de voltar para sua terra ancestral, o Tekohá, famílias indígenas vivem décadas na beira de estradas, sem água potável, atendimento de saúde ou alimentação adequada. Em barracos de lona preta, gerações veem seu território sagrado ser desmatado para dar lugar ao agronegócio. A história do acampamento Apyka'i, onde sobrevive a família de Damiana Cavanha há mais de 10 anos, sintetiza a batalha desigual entre proprietários rurais e indígenas, que mesmo com direitos garantidos constitucionalmente enfrentam todo tipo de resistência para ocupar o Tekohá.



10 CNPI realiza 25ª reunião ordinária
SÍTIO FUNAI, 17.10.2014



25 Reuniao CNPI
Foto: Mário Vilela/Funai

A 25ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, foi realizada no Centro de Formação Indigenista da Funai, em Sobradinho – DF, no último dia 16 de outubro, com a presença dos representantes indígenas, de organizações indigenistas e de órgãos governamentais, além de convidados.

A reunião foi aberta pelo recém empossado presidente interino da Funai, Flávio Chiarelli. O advogado atua na Fundação desde dezembro de 2008, onde foi coordenador de Assuntos Fundiários da Procuradoria da Funai e desde 2012 exerce o cargo, que agora acumula, de Procurador-Geral. No dia anterior, o agora presidente da CNPI, recebeu as boas vindas dos representantes indígenas.



Pres Funai CNPI

Foto: Mário Vilela/Funai

Na pauta do encontro, informes sobre a participação da delegação brasileira na Conferência Mundial dos Povos Indígenas, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP) e os relatos da comissão organizadora da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

CONT.



A Conferência Mundial dos Povos Indígenas, realizada na Sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, EUA, entre os dias 22 e 23 de setembro, foi o primeiro ponto de debate, a partir de relato do representante do Ministério da Defesa que participou do evento. Em sua fala, analisou os processos históricos e preparatórios que levaram à realização do evento, bem como o seu principal objetivo: o fortalecimento dos compromissos nacionais e da ONU para a implementação da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas.



Foto: Mário Vilela/Funai

Além dos representantes do governo brasileiro, a delegação também foi composta por indígenas. Presente à reunião da CNPI, a representante indígena Francisca Pareci manifestou a sua insatisfação sobre a forma como foi conduzida a decisão sobre a participação dos representantes indígenas.

Para Francisca a participação de apenas quatro indígenas na delegação oficial, foi muito ruim, mas ressaltou a importância dos contatos mantidos com indígenas de outros países e disse ainda, que é preciso que "os indígenas se preparem para assumir o protagonismo nesses fóruns e discussões, especialmente o protagonismo das mulheres".



25 Reunião CNPI Foto: Mário Vilela/Funai

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Sobre a DAP, o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Edmilton Cerqueira informou que as áreas de Tecnologia da Informação da Funai e do MDA estão finalizando os procedimentos para que no início de 2015 a DAP-Indígena possa ser emitida pela Fundação. A ideia é que todas as famílias indígenas possam ter acesso às informações para decidirem acessar ou não esta política.

A discussão principal desta reunião foi feita centrada na apresentação dos trabalhos da Comissão Organizadora em torno da realização da Conferência Nacional de Política Indigenista, que deve ocorrer no próximo ano.

[Saiba mais sobre a Conferência Mundial dos Povos Indígenas.](#)

Entenda o que é a DAP

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o instrumento que identifica as famílias como beneficiárias do Pronaf e as habilita a acessar uma série de políticas públicas, como mercados institucionais (PAA, ou Merenda Escolar) ou habitação rural (PNHR), entre outras.

Para se obter uma DAP, deve-se procurar uma entidade autorizada pelo Governo a emití-la. As principais Instituições que fornecem a DAP são:

- Institutos Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio de seus escritórios regionais e locais, por exemplo Emater;
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Unidades Técnicas Estaduais do Crédito Fundiário - (UTE), no caso de beneficiários dos grupos "A" e "A/C" do Pronaf;
- Institutos estaduais de pesca ou similares;
- Fundação Cultural Palmares, por meio das entidades por ela reconhecidas (Somente para o público Quilombola);
- Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio de suas representações regionais e locais (Somente para o público indígena);
- Confederação Nacional da Agricultura (CNA), por meio de seus sindicatos filiados. (Somente para os grupos "C", "D", "E" e pessoas jurídicas);

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

-
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por meio de seus sindicatos filiados;
 - Federação de Pescadores, por meio de suas colônias filiadas. (Somente para pescadores e extrativistas);
 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), por meio de seus sindicatos e associações filiadas;
 - Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA), por meio de suas associações.

Os indígenas poderão recorrer à FUNAI quando a DAP-Indígena estiver operacionalizando, mas é direito recorrer aos demais órgãos e exigir a emissão da DAP convencional.

11 Crise na saúde indígena no Araguaia: povo Karajá está sem atendimento médico nas aldeias
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental



Foto reproduzida do site AXA

[Comunicação AXA](#)

Em São Félix do Araguaia, MT, sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde, há 1200 km de Cuiabá, um grupo formado por lideranças indígenas Karajá de 11 aldeias, em um ato de protesto, levaram no dia 08 de outubro, o coordenador do Dsei, Milton Martins de Sousa, para uma de suas aldeias, na Ilha do Bananal, TO, e a condição para liberá-lo seria uma reunião com o coordenador da Secretaria de Saúde Indígena, Antônio Alves de Sousa. No entanto, após quatro dias, sem resposta ao pedido, Milton conseguiu fugir da aldeia. Enquanto os vigilantes dormiam, funcionários do DSEI levaram o coordenador.

CONT.



Após o retorno à São Félix do Araguaia, Milton, suspendeu indefinidamente o atendimento às aldeias Karajá. O Dsei atende mais seis etnias: Tapirapé, Guarani, Krenak, Javaé, Maxacali e Tapuiú, nos estados de MT, GO e TO. Numa retaliação inconstitucional paralisou o transporte, veículos e barcos, que realizam o transporte dos pacientes e dispensou as enfermeiras que realizam plantão nas aldeias. Sem dar explicações à comunidade, o coordenador se ausentou do Polo e segundo informações estaria em Goiânia, GO.

Quando questionado pelo jornal Diário de Cuiabá, pelo ato de levar o coordenador para aldeia, Luis Carlos Mauri Karajá, cacique da aldeia Santa Izabel do Morro, em São Félix do Araguaia afirmou que os karajá é um povo pacífico. "Não somos a favor da agressão ou violência, só estamos cansados de sofrer. Nós estamos morrendo por negligência", denunciou.

O novo descaso gerou um novo protesto. No dia 14 os indígenas levaram veículos do DSEI, numa nova tentativa de chamar a atenção das autoridades para suas exigências em favor da melhoria do atendimento à saúde de seu povo. Mesmo diante da cobertura da mídia estadual para o caso, não aconteceu nenhum pronunciamento oficial de um representante da Sesai ou do próprio Ministério da Saúde, e grupo encaminhou uma denúncia para o Ministério Público Federal e uma carta para o coordenador da Sesai. Na denúncia e na carta a comunidade Karajá expõe a situação atual e enumeram as suas reivindicações.

Atualmente, segundo os indígenas, 90% dos barcos a motor estão quebrados, o que impossibilita o transporte dos pacientes. Eles querem que sejam realizadas a compra de peças para manutenção. A comunidade também exige a regularização dos contratos para compra de medicamentos, "pois não adianta ter médicos e enfermeiros se não tem medicamentos para continuar o tratamento", diz a carta.

Os indígenas cobram esclarecimentos de possíveis atos de corrupção dentro do Dsei. Questionam a contratação irregular de funcionários. E exigem que os contratos dos pilotos de barco sejam regularizados, pois os pilotos, funcionários indígenas, estão há dois meses trabalhando sem garantias trabalhistas.

Hoje, 17/10, o grupo vai se reunir na aldeia Fontoura, na Ilha do Bananal, para discutir a situação e organizar novas ações. Os indígenas estão denunciando novamente, uma situação que se arrasta por anos e que já foi comprovada pela Auditoria do Controladoria Geral da União (CGU). Em março desse ano, a Folha de São Paulo, noticiou o resultado dessa auditoria que constatou um gasto irregular de 6,7 milhões com a saúde indígena brasileira nos anos de 2011 e 2012. O Dsei Araguaia, um dos 34 distritos do País, foi apontado com um, dos dois distritos, onde foram encontradas as irregularidades. A auditoria apontou problemas de falta de infraestrutura, o número de veículos quebrados, a existência de uma firma prestadora de serviços fantasma e o grande número de medicamentos vencidos.

Encurralados pela pobreza, cercados pelo preconceito, invisíveis ao governo, os indígenas Karajás resistem

CONT.



e gritam por justiça e por seus direitos. Oxalá fossem respeitados!

Alcoolismo, uma ferida aberta

É um pedido dessa carta revela a complexidade do problema na saúde que os Karajá enfrentam e diz respeito ao retorno do contrato dos vigilantes. Embora a comunidade saiba e tenha a responsabilidade de cuidar do prédio e do patrimônio dos postinhos de saúde dentro das aldeias, os indígenas afirmam que devido ao crescimento do alcoolismo dentro das comunidades é quase impossível impedir as depredações e prejuízos aos prédios e patrimônios públicos e por isso se faz necessário a recontração de um guarda, que foi suspenso pelo Dsei.

O alcoolismo continua marginalizando e matando silenciosamente jovens, velhos, mulheres e homens karajá. Em 2004 a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) divulgou uma pesquisa realizada com homens karajá de cinco aldeias: Tytemã, JK, Wataú, Santa Isabel, São Domingos e Fontoura – todas localizadas às margens do Rio Araguaia, na divisa entre os estados de Tocantins e Mato Grosso, próximas a São Félix do Araguaia, e Luciara, municípios de MT. Dos 558 homens entrevistados, cerca de 214 disseram que consumiam bebidas alcoólicas, o que corresponde 38,40% da população. Destes, 77% dizem ficar embriagados. Já foram realizadas diversas reuniões com o Ministério Público Federal, foi criada uma “Força-Tarefa” entre diversas entidades e saíram nas aldeias ministrando palestras e seminários, fazendo reuniões, dia disso, dia daquilo, mas até o momento não foi implementada nenhuma política pública efetiva para enfrentar o problema do alcoolismo.

Além de ser uma questão de saúde pública o alcoolismo entre os indígenas, hábito introduzido pelo contato com a sociedade não-índia, está influenciando a vida nas aldeias e ameaçando a segurança de seu território. O álcool, assim como na sociedade “branca” gera violência dentro das famílias, pobreza e marginalização. Não existem dados concretos. Entretanto, o povo Karajá continua resistindo culturalmente, lutam para manter viva muitos de seus havpois estão lutando para manter vivo sua cultura. O bispo Pedro Casaldáliga no documentário: Besoróró, A TV e OS KARAJÁ, “Os Karajá são um povo forte, pois depois de três séculos de massacre, massacre cultural sobretudo, falam a língua é um povo forte”. E acreditando nessa força que os mantem unidos, somos motivados abraçar suas causas e compartilhar a dor de suas feridas.

Leia a Carta: [carta de reivindicações Karajá](#)



12 Fundação Palmares certifica 27 comunidades quilombolas do Maranhão, Bahia e Minas Gerais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

[Combate Racismo Ambiental](#)

O Diário Oficial da União publica hoje a Portaria 112/2014, através da qual a Fundação Cultural Palmares, “em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Mundial do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais”, certifica 27 novas Comunidades Quilombolas. Apenas uma delas é de Minas Gerais – a Comunidade de São Sebastião, no município de Patos de Minas. Duas são na Bahia: Baraúnas de Dentro e Lages do Batata, ambas em Jacobina. As demais 24 são todas no Maranhão.

Abaixo, a íntegra da Portaria, com a listagem completa das comunidades:

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 112, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 16 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de Autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO, localizada no município de Patos de Minas/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.145, fl.164 - Processo nº 01420.011747/2014-19.

COMUNIDADE DE BARAÚNAS DE DENTRO, localizada no município de Jacobina/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.146, fl.165- Processo nº 01420.014281/2013-22.

COMUNIDADE DE LAGES DO BATATA, localizada no município de Jacobina/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.147, fl.166- Processo nº 01420.011789/2013-79.

COMUNIDADE DE SASSUY, localizada no município de Bequimão/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 016, Registro nº 2.148, fl.167 - Processo nº 01420.015693/2013-80.



13 Após morte de criança por desnutrição, mais um atentado a tiros contra a comunidade de Pyelito Kue

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)
[Cimi Regional Mato Grosso do Sul](#)

Pode –se dizer que relatar atentados a tiros desferidos contra a comunidade Kaiowá e Guarani da Terra Indígena de Pyelito Kue, Mato Grosso do Sul, infelizmente já está se tornando um fato corriqueiro. Somente este ano o CIMI denunciou diversos ataques ao tekoha – lugar onde se é – sem que nenhuma providência efetiva tenha sido tomada.

Na noite desta terça-feira, dia 14, enquanto a comunidade realizava seu Kotyhu (reza tradicional realizada a partir de canto e dança sagrados) próximo de um dos limites de sua área, divisa com a fazenda Cachoeira, um sujeito vindo da fazenda adentrou o espaço de Pyelito e disparou quatro tiros à queima-roupa contra os indígenas, que por sorte não se feriram. Enquanto os indígenas correram buscando abrigo onde podiam encontrar, os tiros rasgavam novamente as lonas de seus improvisados barracos.

Em fevereiro, fazendeiros da região de Iguatemi, município onde fica localizado Pyelito Kue, bloquearam as estradas de acesso ao território indígena impedindo o deslocamento dos Kaiowá e Guarani para fora da aldeia, bem como a Funai de prestar atendimento ou socorro aos indígenas. Armados, os fazendeiros falavam abertamente em atacar os Kaiowá e Guarani no momento em que julgassem oportuno. A própria Funai denunciou a situação logo após ter fechado as portas da coordenadoria de Iguatemi por conta de ameaças dos fazendeiros.

Desde março, os ataques ganharam corpo e Solano Lopes, líder de Pyelito Kue, narrou uma série de atentados diretos efetuados contra a comunidade. Os mais alarmantes referem-se a tiros disparados por motoqueiros do portão que oferece acesso à aldeia.

Os atentados nunca chegaram a cessar e nos últimos dias voltaram a se intensificar. As famílias Kaiowá relatam que no último dia 7 de outubro ameaças endereçadas às lideranças foram feitas por parte dos fazendeiros e um dos barracos ocupados pelos indígenas chegou a ser incendiado. As ameaças tornaram-se atentados concretos apenas três noites depois, quando no dia 10 motoqueiros voltaram a disparar contra a comunidade, refugiando-se após os disparos no interior da fazenda Cachoeira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Após este episódio, os fazendeiros passaram novamente a realizar o cerco em torno da comunidade, impedindo os indígenas de sair do pequeno espaço que ocupam e aterrorizando a vida dos Kaiowá e Guarani. Enquanto do lado de fora os pistoleiros rondam, do lado de dentro da aldeia a fome castiga. Em meio ao cárcere, no dia 12 de outubro uma criança de menos de dois anos de idade chamada Mikaeli Flores morreu por desnutrição e ingestão de água imprópria para o consumo. Era Dia das Crianças, mas não em Pyelito.

O cerco segue sobre Pyelito Kue e consequências piores se desenham caso nenhuma providência seja tomada. Enquanto cada vez mais decisões políticas de caráter anti-indígena são tomadas nos âmbitos do Executivo e do Judiciário, os povos indígenas acabam por pagar com suas vidas alianças governamentais que levam mais poder aos setores ruralistas, que como por efeito de avalanche passam a atacar covardemente os povos originários. As famílias de Pyelito mais uma vez pedem por socorro!



14 Oficina de orientação para editais da cultura afro
SÍTIO INFO NET, 17.10.2014

Evento ocorre na próxima quarta-feira dia 22

Será realizada na próxima quarta-feira, 22, uma oficina de orientação gratuita para dois editais relacionados à cultura afro-brasileira – o 3º Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras e o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras. O evento ocorre na Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED) às 14h e é uma realização das representações regionais da Fundação Cultural Palmares e do Ministério da Cultura nos Estados da Bahia e de Sergipe.

Não é necessário se inscrever para participar. A oficina será ministrada pelo representante da Fundação Cultural Palmares Fábio de Santana. Também estará presente o chefe-substituto da Representação Regional do Ministério da Cultura, Carlos Henrique Chenaud. A BPED fica localizada na Rua Leonardo Leite, s/n, no bairro 13 de Julho, em Aracaju.

Premiações

O 3º Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras é uma realização do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Osvaldo dos Santos Neves (CADON) e tem como objetivo acolher produções de estética negra nas modalidades teatro, dança, artes visuais e música. O prazo de inscrição termina no dia 3 de novembro.

Serão selecionados 20 projetos, que dividirão recursos de R\$ 1,4 milhão. Cada uma das cinco regiões do país – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste – será contemplada com quatro premiados. Os apoios variam entre valores brutos de até R\$ 40 mil, para projetos de artes visuais, e de até R\$ 80 mil, para outros tipos de expressão.

Já o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras é fruto de uma parceria entre a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SCDC/MinC) e a Fundação Cultural Palmares (FCP). Seu objetivo é reconhecer a cultura negra através do apoio às iniciativas de grupos que a disseminam. As inscrições são aceitas até o dia 6 de novembro.

O prêmio vai selecionar 60 projetos e distribuir recursos de R\$ 2,5 milhões entre eles. Cada iniciativa receberá R\$ 40 mil. O edital prevê três categorias, cada uma com 20 premiados: Iniciativa Cultural

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Quilombola, Iniciativa Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Iniciativa Cultural de Coletivos Culturais Negros.

Em virtude da prorrogação das inscrições da Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros para o dia 3 de novembro, o evento também abordará esse edital. A Bolsa prevê um investimento total de R\$ 4 milhões em 45 projetos – as premiações variam entre R\$ 30 mil e R\$ 150 mil. Os projetos podem estar vinculados às áreas de artes visuais, circo, dança, música, teatro, preservação da memória e artes integradas.

Fonte: Ascom/Secult

15 Índio, Telmário foi o senador mais votado da história de RR
SÍTIO TERRA, 17.10.2014

Cyneida Correia
Direto de Boa Vista

Com camiseta, jeans e um jeito franco de responder perguntas, o vereador Telmário Mota, 56, do Partido Democrático Trabalhista em Roraima (PDT-RR), foi eleito senador com mais de 96 mil votos válidos, o equivalente a soma dos dois outros candidatos do forte grupo político que comanda o estado e que concorreram a vaga.



O senador saiu de uma aldeia indígena e venceu grupos poderosos em Roraima Foto: Divulgação

“Eles sempre disseram que aqui se ganha eleição com dinheiro, e as pessoas do meu Estado demonstraram que existem e não são manipuláveis por recursos. Bati muito na corrupção. Minha eleição é uma resposta contundente aos rapinadores, que fazem política mercenária levando embora nossos sonhos, nossas esperanças e o futuro da nossa gente. Nossa eleição foi um grito de liberdade!”, destacou.

Nascido na comunidade indígena Tejo do Gavião, com cerca de 100 habitantes, no município de Normandia, o novo senador é indígena da etnia macuxi, e durante toda a campanha fez um trabalho “corpo a corpo” indo em ônibus, taxi lotação e visitando localidades longínquas de motocicleta. “Já fui vaqueiro, vendedor de banana, garçom, vendedor de livros. Estudei, virei bancário e depois economista e me tornei o auditor mais jovem do Brasil antes de entrar na política”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Embora estivesse confiante quanto ao resultado, Telmário admitiu ter se surpreendido com a quantidade de votos que recebeu. “Quero, nesse momento, agradecer às pessoas que acreditaram. Minha proposta é no sentido de que a gente pode, por meio desse mandato, melhorar a qualidade de vida das pessoas e lutar contra as oligarquias. Não precisei de milhões, fiz uma campanha humilde e corajosa, vencendo poderosos como o senador Romero Jucá (PMDB), que apoiou meus concorrentes”.

Ele foi o mais votado em 13 dos 15 municípios de Roraima, e em Normandia onde nasceu, recebeu 70 por cento dos votos. Mas nem tudo eram flores. Em muitos momentos, o novo senador foi criticado quando subia em carros de som para difundir suas propostas políticas. “As pessoas me chamavam de doido, mas eu tinha que correr esse risco, pois sabia que um dia as pessoas iriam entender a mensagem que eu estava querendo passar”, disse.

Ao falar sobre a expectativa para sua atuação parlamentar, Telmário rebateu críticas de que seria “senador de um mandato só”. “Senador tem poder de fazer política que possa melhorar nosso estado. Temos que investir no setor primário. Além disso, vou fiscalizar o Executivo e os recursos que vêm para cá. Fiz isso como vereador e farei muito mais como senador”, pontuou.

Especial para Terra



16 Polícia apura mais 2 casos de abuso sexual em aldeia indígena em MS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 17.10.2014

*Crimes foram na aldeia Bororó, em Dourados.
Vítimas têm 11 e 13 anos. Suspeito é o padrasto.*

Do G1 MS com informação da TV Morena

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/10/policia-apura-mais-2-casos-de-abuso-sexual-em-aldeia-indigena-em-ms.html>

A Polícia Civil investiga mais dois casos de abuso sexual na aldeia indígena Bororó, na cidade de Dourados, distante 214 km de Campo Grande. As vítimas são duas irmãs, uma de 11 e outra de 13 anos. O suspeito de ter cometido os crimes é o padrasto das meninas.

A irmã mais velha denunciou o abuso no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da aldeia. Após a denúncia, as duas foram encaminhadas para o Conselho Tutelar de Dourados.

Segundo a delegada responsável pelas investigações, as meninas passaram por exame de corpo de delito na tarde de quinta-feira (16). O laudo deve sair em até 30 dias.

No início do mês de outubro, outro caso de abuso sexual na aldeia Bororó foi denunciado. Uma menina de 9 anos foi estuprada por sete homens. Ela está internada no Hospital Universitário de Dourados. Segundo informações dos médicos, o estado de saúde dela é estável.

No inquérito policial, nove pessoas foram indiciadas, cinco homens e quatro adolescentes. Todos foram detidos.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou, por meio de nota, que o enfrentamento à criminalidade dentro das terras indígenas é atribuição das forças policiais, e que o órgão adota medidas para dar suporte à polícia.

17 Complexo turístico em Maricá coloca em risco meio ambiente, dizem especialistas
SÍTIO ESTADOS DE MINAS.COM.BR, 17.10.2014



APA de Maricá abriga a comunidade pesqueira de Zacarias, que desenvolveu técnica de pesca tradicional, a pesca de galho (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Ambientalistas e a comunidade pesqueira tradicional de Zacarias, no estado do Rio de Janeiro, estão organizados contra a instalação de um grande empreendimento imobiliário na Área de Preservação Ambiental (APA) de Maricá. O projeto, de 840 hectares (um hectare equivale à medida de um campo de futebol oficial), prevê a construção de um grande campo de golfe, centro hípico, quatro hotéis, dois shoppings, dois clubes, prédios de quatro andares e casas residenciais. O empreendimento, que está sob análise do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) , também inclui restaurantes, escola e um hospital.

Especialistas alertam que o complexo, para cerca de 20 mil pessoas na Restinga de Maricá, entre o mar e a lagoa, coloca em risco espécies endêmicas, aves migratórias, dunas raras, sítios históricos e arqueológicos, além do sustento de famílias do povoado pesqueiro de Zacarias. Na região moram 200 famílias, que abastecem restaurantes e feiras com seu pescado. A comunidade desenvolveu uma técnica tradicional única, a pesca de galho (ouça aqui sobre a técnica), que pode desaparecer. Na pesca de galho, os pescadores definem um ponto na lagoa onde afundam uma árvore seca (um galho). Nascem microorganismos no galho que atraem peixes. Depois de um tempo os pescadores voltam ao lugar, retiram o galho e pegam os peixes.

“A Restinga de Maricá é uma área que não está pronta para a urbanização intensa, para receber um bairro. Temos ali 50 espécies de insetos, sendo 14 endêmicas, espécies em extinção [de borboleta e de lagarto], uma pesquisa geológica que só pode ser feita porque a restinga é preservada, 400 tipos botânicos e mais de 300 trabalhos científicos”, listou a professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), que atua no Fórum de Pesquisadores da Restinga de Maricá e no Movimento Pró-Restinga, Desirée Guichard. A

CONT.

Uerj, a Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio aprovaram, por meio de seus conselhos universitários, moções contra o megaempreendimento, informou.



O complexo turístico terá campo de golfe, centro hípico, quatro hotéis, dois shoppings, dois clubes, prédios de quatro andares e casas residenciais (Tânia Rêgo/Agência Brasil)

Os pescadores também estão apreensivos com os impactos sobre a biodiversidade e a comunidade. Acreditam que a urbanização afetará áreas de brejo e prejudicará o ecossistema da Lagoa de Maricá, reduzindo o já limitado número de peixes. “Esses dias, eu fui pescar e os peixes pulavam tanto que eu não acreditei. Peixe aqui está raro. Antes, a gente pescava 200 quilos por semana, agora, tem vezes que não chega a 5 [quilos]”, disse a presidente da Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias, Arcenir Cedelina Marins, de 57 anos. Para defender a comunidade, a associação quer a regularização fundiária coletiva, decisão que cabe ao governo do estado.

Outra preocupação dos pescadores é com a destruição do caminho que liga Zacarias ao mar, com a retirada de mata nativa - de onde são colhidas plantas medicinais como o camboim –, com a derrubada das primeiras casas da comunidade e da própria sede da associação, que inclui um campo de futebol, o espaço de reunião e o parquinho infantil, inaugurado no último Dia da Criança (12). “São as áreas comunitárias que serão descaracterizadas”, disse a professora da Uerj.

Em Zacarias, no entanto, alguns moradores que desistiram da pesca e mudaram de ramo apóiam o empreendimento. Eles veem no projeto vagas de emprego e a esperada regularização fundiária. “Estamos aqui há 200 anos em uma luta pela terra. A vida está muito difícil, não temos emprego, a pesca está difícil, a lagoa está morrendo, há muito esgoto, está seca, está se acabando”, desabafou Washington da Costa, de 37 anos, presidente da Associação de Moradores e Pescadores de Zacarias, organização que surgiu a partir de uma divergência com outra associação.

CONT.



Com mais de 1,5 mil assinaturas em um abaixo-assinado, o Movimento Pró-Restinga, a Associação de Preservação Ambiental das Lagunas de Maricá (Apalma) e o povoado pesqueiro tradicional propõem que a restinga seja transformada em uma reserva extrativista, com núcleos de estudos para as universidades, projeto que deu certo na Restinga de Jurubatiba, no norte fluminense, como alternativa de desenvolvimento. “A restinga preservada garante a proteção da fauna lagunar, que sustenta várias comunidades pesqueiras de Maricá, sem prejudicar as atividades tradicionais”, acrescentou a professora da Uerj, que há anos acompanha a situação local.

O diretor executivo do IDB, grupo responsável pelo complexo turístico em Maricá, David Galipienzo, explica que o empreendimento será ambientalmente sustentável. Ele esclarece que está prevista, por exemplo, a reutilização da água, a criação de uma reserva particular do patrimônio natural aberta para pesquisas e para o público, mais a instalação de duas estações de tratamento de esgoto. “Não vai ter nenhuma gota de esgoto na lagoa ou no mar”, assegurou Galipienzo, que é mestre em ciências ambientais.

Ele esclarece ainda que somente cerca de 20 famílias das cerca de 100 do povoado de Zacarias precisarão ser reassentadas, mas que o acesso ao mar não será fechado. “Vamos realocar essas pessoas em casas de mesmo padrão na própria comunidade”, assegurou. O restante do empreendimento, acrescentou, foi projetado para áreas autorizadas pela prefeitura.

A prefeitura de Maricá tem se manifestado a favor do complexo em audiências públicas. Em nota, informa que o empreendimento trará “desenvolvimento econômico com sustentabilidade, proteção ambiental e inclusão social”, mas não especifica as vantagens diretas. Responsável pelo licenciamento do complexo, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) informou que o projeto segue em análise. Como não envolve impactos em mais de um estado, não há atribuição federal no processo.



18 Milícia armada impedia crianças irem para escola em aldeia no MS
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 17.10.2014

A Polícia Federal deflagrou nesta quinta-feira a Operação Parajás, na qual foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão na aldeia indígena Rancho do Jacaré, localizada no município de Laguna Carapã.

Segundo a polícia, uma milícia armada na aldeia praticava uma série de crimes contra seus membros, como tentativa de homicídio, lesões corporais, ameaça e constrangimento ilegal. Também proibia que crianças e adolescentes frequentassem as escolas, impedia a realização de cultos, bem como causava obstáculos para que servidores públicos prestassem serviços dentro da comunidade.

O efetivo composto na Operação contou com 59 policiais e com os integrantes do Grupo de Pronta Intervenção da PF no Estado do Mato Grosso do Sul. Foram apreendidas quatro espingardas calibre 32, um cano de uma espingarda, esferas, espoletas e munições. Três indígenas com nomes não revelados foram presos por posse ilegal de arma de fogo.

Na casa de um paraguaio, residente na aldeia, foram encontrados documentos pessoais e cartão de saque de benefício previdenciário em nome de um indígena brasileiro. O homem confessou que recebia indevidamente os benefícios.

Dourados Agora



19 MPF/MS: ameaça a líder guarani-kaiowá reascende alerta sobre violência contra indígenas
SÍTIO CEDEFES, 17.10.2014

Na última sexta-feira, 10 de outubro, índio foi surpreendido por homem armado quando retornava para aldeia. MPF investiga autoria da ação

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) recebeu na última sexta-feira, 10 de outubro, relato de ameaça contra liderança indígena guarani-kaiowá. O índio, morador da aldeia Guyra Kambi'y, em Douradina, sul do estado, ao retornar de reunião realizada na Prefeitura do município foi abordado por um homem desconhecido, que após questionar nomes de líderes da comunidade, exibiu armas e deixou o alerta “com isto aqui a gente resolve o problema”.

O estranho continuou acompanhando o índio até a entrada de uma vila, quando a bicicleta em que estava apresentou problemas na corrente, que o fez parar e possibilitou a fuga da liderança. O Ministério Público Federal já iniciou a investigação para identificar o autor da ameaça.

Histórico de violência - Essa não é a primeira vez que líderes de comunidades indígenas são ameaçados em Mato Grosso do Sul. A violência na luta pela terra já resultou na inserção de índios no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, da Secretaria de Direitos Humanos Presidência da República, e trouxe ao estado militares da Força Nacional.

Nos últimos anos, os guarani-kaiowá acumulam episódios de ameaça e de retirada forçada de seus territórios tradicionais. No ano de 2012, homens armados cercaram acampamento Arroio-Korá, em Paranhos, que reunia cerca de 400 indígenas. Tiros foram disparados e as colheitas da comunidade, queimadas. Um índio desapareceu.

Em 2011, o cacique Nísio Gomes foi executado com tiros na cabeça na comunidade indígena Guaiviry, no município de Amambai. No mesmo ano, índios do acampamento Puelito Kue, em Iguatemi foram atacados por pistoleiros. Vários indígenas ficaram feridos e o acampamento, às margens de uma estrada vicinal, foi totalmente destruído.

Em setembro de 2009, os guarani-kaiowá de Curral do Arame, na BR 463, a 10 km de Dourados, foram agredidos por um grupo de homens que entrou no acampamento atirando em direção aos barracos. Um índio de 62 anos foi ferido por tiros; outros indígenas, agredidos; e barracos e objetos foram queimados.

Um mês depois, em outubro de 2009, os professores indígenas Jenivaldo Vera e Rolindo Vera foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

mortos durante expulsão do Tekoha Ypo'í, na Fazenda São Luiz, em Paranhos. Os dois professores foram mortos e os corpos, ocultados. O corpo de Jenivaldo foi encontrado uma semana depois dentro no Rio Ypo'í, próximo ao local do conflito. Rolindo Vera jamais foi encontrado.

Fonte: MPF



20 Juiz Federal concede reintegração a fazendeiro por considerar “cultivo de plantações” do povo Terena “esbulho possessório”

SÍTIO CIMI, 17.10.2014

Inserido por: Administrador em 17/10/2014.

Fonte da notícia: Por Renato Santana, Assessoria de Comunicação - Cimi

Cerca de 78 famílias do povo Terena da aldeia Mãe Terra, que integra a Terra Indígena Cachoeirinha, município de Miranda (MS), estão sob risco iminente de despejo de área reconhecida pelo Estado como de posse permanente dos indígenas. A Justiça Federal considerou “flagrante” ato de “esbulho possessório”, e de intimidação, o cultivo de plantações, por parte dos Terena, em fazenda de 600 hectares localizada no perímetro declarado indígena desde 2007.

Mesmo com recursos liberados para o pagamento de benfeitorias, e com o avançado estágio de demarcação do território, o juiz Federal Renato Toniasso, de Campo Grande, capital do estado, decidiu pela reintegração de posse ao proprietário do imóvel rural Fazenda Santa Vitória, cuja área abrange a Mãe Terra. O fazendeiro João Proença de Queiroz se nega a receber a indenização da União e tenta, a todo custo, se manter na área.

Esbulho possessório é considerado crime de usurpação - quando alguém invade terreno alheio com violência à pessoa, grave ameaça. O que mais surpreendeu os indígenas foram as justificativas do juiz em sua decisão, ao argumentar que o fazendeiro estava sendo ameaçado com o esbulho por intermédio das plantações dos Terena: “Estariam (os indígenas) adotando atitudes intimidatórias em relação a si (Queiroz) e aos seus familiares. Nesse sentido, teriam lhe comunicado que iriam iniciar o cultivo de plantações. Argui que, diante do flagrante esbulho possessório ali ocorrido, não lhe resta alternativa senão buscar proteção jurisdicional”.

Nenhuma investigação foi aberta para se apurar as denúncias feitas pelo fazendeiro. Para Lindomar Terena, morador da Mãe Terra, o juiz foi atrás de boatos. “A casa grande fica distante da área onde a aldeia está instalada. Nunca vimos a família dele. Agora é muito estranho um juiz federal dar uma decisão sem nenhuma prova, com boatos inventados por alguém que já não tem mais argumentos. O dinheiro da indenização, pago pela União, está lá para ele pegar”, afirma.

Lindomar rechaça as acusações lembrando que são os Terena alvos de ameaças e atentados. Em todos os casos não houve punição. Em novembro de 2013, por exemplo, um ônibus escolar foi atacado e incendiado. “Basta um fazendeiro inventar qualquer coisa que dão reintegração, criminalizam lideranças.

CONT.



Tudo rápido, sem investigar. Agora quando um índio é assassinado ou ameaçado a Justiça não age rápido; e quando age, desconfia do que dizemos. Estamos ali há quase 10 anos. Não há nenhuma acusação contra a gente”.

Em sua decisão, Toniasso constrói elo entre a intimidação alegada por Queiroz com a agricultura dos Terena. “Não precisamos intimidar ninguém para plantar. Foi por isso que lutamos: para termos nossas terras e alimentar nossas famílias. Antes ali era para engordar boi, agora alimenta pessoas, abriga uma comunidade ligada com a terra. Plantamos de tudo, criamos animais. Tudo de forma coletiva”, explica Lindomar. A liderança salienta que, inclusive, a terra está com os procedimentos demarcatórios em fase final para a homologação definitiva. Por isso a decisão é ainda mais surpreendente.

Toniasso optou por uma posição civilista: “O fato de o processo administrativo de demarcação e ampliação da Terra Indígena Cachoeirinha estar em fase adiantada (publicação da Portaria Ministerial nº. 791, em 20/04/2007) não permite que os índios tomem a posse da área demarcada, antes do seu desfecho, o que se dará apenas mediante decreto homologatório do Presidente da República, nos termos do artigo 5º, do Decreto nº. 1.775/96”.

Porém, conforme o jurista Dalmo Dallari, a discussão de direitos indígenas não se baseia no Código Civil, mas no direito constitucional. “O direito originário é imprescritível e mais: demarcação é ato declaratório e não constitutivo (as terras já são dos índios, o que falta é traçar seus limites) e este é o objetivo do processo administrativo, conforme Dallari. Temos muitas decisões nesse sentido, sobre a posse indígena”, explica Adelar Cupsinski, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Tal argumento também serve para responder questão suscitada pelo juiz na decisão: “Então é de se perguntar se os chamados “fazendeiros” entenderem que terras no interior de alguma aldeia lhes pertencem, poderão eles, por força própria, retomar essas áreas?”. Ou seja, não. Enquanto isso, atentados como os sofridos por Paulino Terena, na foto, seguem impunes.

TRF-3 negou outro pedido de reintegração

Em 2005, logo após a retomada da aldeia Mãe Terra pelos Terena, Queiroz entrou com pedido liminar de reintegração da área. O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo, indeferiu o pleito do fazendeiro. Desde então a aldeia não foi mais importunada. A aldeia Mãe Terra ganhou escola, saneamento básico, posto de saúde e as plantações passaram a garantir alimentação farta. Em 19 de abril de 2007, a Portaria 791 demarcou a Terra Indígena Cachoeirinha com 26 mil hectares. A União começou

CONT.



então a indenizar as 54 propriedades localizadas neste perímetro, entre elas a Fazenda Santa Vitória, incidente na Mãe Terra.

No entanto, Queiroz havia perdido na Justiça 600 hectares do imóvel rural, de um total de 1.200, num litígio envolvendo outro fazendeiro. O ganhador da ação judicial não perdeu tempo e pegou a indenização de R\$ 700 mil estipulada e paga pela União. Com isso, a comunidade pode se espalhar nessa área e estruturar a aldeia, antes improvisada. Os outros 600 hectares seguiram nas mãos de Queiroz, que se nega - até o momento - a acessar os valores destinados às benfeitorias de sua antiga propriedade.

Os 7 mil Terena que vivem na Terra Indígena Cachoeirinha ocupam pouco mais de 2.600 hectares, cerca de 7,22% do total demarcado. Este perímetro habitado corresponde à reserva destinada aos Terena pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na primeira metade do século XX. “O espaço é pequeno. Se vive confinado. Tem muito terena vivendo nas periferias das cidades, com dificuldades. Então ele (Queiroz) pode inventar o que for, ou qualquer outro fazendeiro, que seguiremos lutando pelas nossas vidas; porque só nossa terra pode nos dar vida”, salienta Lindomar.



21 Organizações internacionais pedem que ministros alemães pressionem governo do AC a investigar ataques à sede do Cimi
SÍTIO CIMI, 17.10.2014

Inserido por: Administrador em 17/10/2014.

Fonte da notícia: Assessoria de Comunicação-Cimi

A sede Regional no Acre do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi invadida pela segunda vez em menos de um mês na madrugada dessa segunda-feira (13). O computador central foi levado e equipamentos destruídos. Vários dos arquivos da biblioteca e da sala da secretaria foram queimados.

No dia 22 de setembro um ataque semelhante aconteceu no local. Grades e forros do teto arrancados, cabos de todos os computadores cortados e um HD externo que continha o backup da contabilidade foi levado. Na época, a perícia constatou que os invasores usavam luvas e até agora nenhum suspeito foi identificado.

Em solidariedade ao Cimi, organizações do estado do Acre organizaram um ato de apoio na manhã desta sexta-feira (17) em frente à sede da entidade. Uma carta, assinada por 53 organizações oriundas de 19 países, além de organismos internacionais, foi encaminhada aos ministros alemães Gerd Müller, da Economia, Cooperação e Desenvolvimento, e Barbara Hendricks, do Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear.

A carta solicita às autoridades que demandem do governo do Acre ações imediatas em relação às invasões da sede do Cimi e as ameaças constantes contra membros da entidade e povos indígenas no estado.

Leia trecho da carta ou acesse aqui o documento completo.

“O escritório regional na Amazônia Ocidental do Cimi (Cimi-AO), em Rio Branco, Acre, é um dos 11 escritórios regionais do Cimi no Brasil. No Acre, o Cimi tem apoiado os povos indígenas que enfrentam interesses de fazendeiros e madeireiros que invadem seus territórios e deixam para trás devastação e destruição de floresta. Estes mesmos povos são testemunhas da indiferença em relação ao desmatamento e à violação dos seus direitos por parte das instituições governamentais.

Em 2013, métodos semelhantes e atos de violência, como esses que ocorrem agora contra Cimi-AO, foram

CONT.



usados contra a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT apoia camponeses que defendem o direito as suas terras e suas formas de sobrevivência, com muitos conflitos também em torno da destruição florestal para criar gado e extrair madeira. Até o momento, nada foi feito pelas instituições governamentais para investigar de forma séria e punir os responsáveis, nem pelos atos de violência contra o CPT, nem pelas invasões e ameaças contra Cimi-AO nestas últimas semanas, apesar das denúncias feitas pelas próprias organizações e também por organizações de apoio a nível nacional e internacional.

Nós pedimos que os senhores demandem ao governo do Acre ações imediatas. O governo deve mostrar de forma inequívoca que não tolera este tipo de violência contra organizações da sociedade civil no seu estado e contra aqueles que se levantam para defender os direitos a seus territórios. As instituições do Estado devem investigar e punir aqueles que são responsáveis pelos atos de violência.

Nós fazemos este apelo para que os senhores se juntem a nós e solicitem ação imediata por parte do governo do Acre, que deveria publicamente denunciar a violência contra os defensores das florestas do Acre. As autoridades competentes deveriam imediatamente iniciar uma investigação profunda sobre as invasões e ameaças contra os membros do Cimi-AO. Ao mesmo tempo, pedimos que os senhores cobrem da Ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, medidas urgentes do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no sentido de garantir segurança ao Cimi e sua equipe no Acre, sem descuidar da investigação dos atentados noticiados nesta carta”.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

22 Ciclistas pretendem percorrer 2,6 mil km e mostrar como vive a população ribeirinha
SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA.COM.BR, 17.10.2014

Ao todo, serão mais de 2,6 mil quilômetros percorridos em duas etapas: uma começa em junho de 2015 e a outra em 2016

Ludmila Rocha

ludmila.rocha@jornaldebrasil.com.br

Um grupo de ciclistas de Brasília, liderado pelo ex-piloto de motocross Régis Benes, 53 anos, vai embarcar em um desafio inédito. Os atletas pretendem pedalar da nascente do Rio São Francisco, na Serra da Canastra (MG), até a foz, localizada na divisa entre os estados de Alagoas e Sergipe. A expedição, intitulada Velho Chico de Bike, pretende mostrar como vivem as comunidades às margens de um dos maiores rios do País. Ao todo, serão mais de 2,6 mil quilômetros percorridos em duas etapas: uma começa em junho de 2015 e a outra em 2016.



Foto: Elio Rizzo

O grupo, composto por cinco ciclistas, se prepara há um ano e meio para a expedição. Na primeira etapa, que sairá de São Rock de Minas e irá até Ibotirama (MG), serão percorridos 1,2 mil quilômetros em 18 dias.

A rotina promete ser puxada, já que os atletas esperam pedalar 58 e 60 km e passar por uma cidade a

CONT.



cada dia. “Vamos sair do acampamento às 7h e pedalar até as 13h, quando faremos uma pausa para o almoço e apresentaremos palestras às comunidades”, afirma Regis.

Conscientização

A ideia é incentivar o uso da bicicleta, apresentando-a como uma opção de transporte barata e sustentável. A prática de esportes, o combate à exploração sexual de menores e a importância da higiene bucal fazem parte da programação. “O acesso às drogas nos pequenos municípios é um problema crescente. Nossa ideia é fazer barulho e chamar a atenção para a realidade dessas pessoas”, diz a ciclista Marília Rabello, de 47 anos.

Pela escassez de infraestrutura das cidades ribeirinhas, o grupo contará com um carro de apoio durante o trajeto. “Ele será uma base onde os participantes poderão, por exemplo, fazer uma refeição balanceada”, diz Regis.

Expedição vai ser divulgada na internet

Toda a expedição será registrada e publicada na página Velho Chico de Bike, no Facebook. Ali também serão postadas fotos da viagem, informações sobre a altimetria do percurso – técnica utilizada para medir distâncias e ângulos verticais, que não podem ser representados em uma planta - e dicas para praticantes do cicloturismo que quiserem fazer o mesmo trajeto.

Em 2016, os atletas devem percorrer 1,2 km, em 20 dias, encerrando a viagem na foz do Rio São Francisco.

Como preparação para a expedição, os ciclistas estão treinando uma vez por semana e durante os fins de semana. Eles também fazem pequenas viagens por Single Track – trilhas por onde só passam pessoas e bicicletas – até Pirenópolis (GO).

Saiba mais

O rio São Francisco nasce na Serra da Canastra, no município de São Roque das Minas, num lugar chamado de “Chapadão da Zagaia” e, depois de percorrer 2,7 mil quilômetros, atravessa o estado da Bahia e desemboca no oceano Atlântico, entre os estados de Alagoas e Sergipe.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

O rio recebe água de 168 afluentes, entre eles os rios Paraopeba, das Velhas, Abaeté, Jequitaiá, Paracatu, Urucuia e Verde Grande.

Para custear os gastos com o projeto, os ciclistas estão à procura de patrocínio junto a empresas privadas.

Serviço

Quem quiser colaborar com o projeto pode entrar em contato com o grupo pelos telefones (61) 9665-3484 e 8193-4593 ou pelo e-mail: velhochicobike@gmail.com.

Fonte: Da redação do Jornal de Brasília



23 Porto Velho passa administração do Terminal hidroviário à Ahimoc
SÍTIO PORTOS E NAVIOS, 17.10.2014

A Prefeitura de Porto Velho não é mais a responsável pela administração do Terminal Hidroviário do Cai N"água. O porto foi repassado ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) que já incorporou à sua estrutura patrimonial. A gestão agora é da Ahimoc (Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes. A confirmação foi feita pelo secretário Carlos Gutemberg, da Semtran (Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito).

O chamado Porto do Cai N"água foi inaugurado em julho de 2012. A obra fazia parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), foram investidos cerca de R\$ 13,9 milhões. Ela foi executada por meio de um convênio firmado entre o DNIT e a Prefeitura de Porto Velho. A obra, iniciada em 2008, foi paralisada por problemas na licitação e foi inaugurada quatro anos depois.

Sobre o repasse do terminal para o Governo Federal, o secretário Gutemberg afirmou que o convênio assinado com o DNIT previa apenas a construção do porto e não a gestão do local. "O porto era para ser apenas construído pela prefeitura e não para tomar conta. Não é prerrogativa do município cuidar de porto ou hidrovias, essa é uma atribuição do DNIT que tem toda uma estrutura para isso", explicou o secretário.

Gutemberg lembrou que a Prefeitura de Porto Velho, na gestão passada, chegou a criar um departamento dentro da estrutura da Semtran, para administrar o terminal, o que ocasionou a criação de cargos que agora terão que ser extintos.

O empreendimento foi planejado para beneficiar o grande fluxo de pessoas que utilizam o transporte hidroviário na região, representando um diferencial na vida dos ribeirinhos, já que os passageiros terão mais conforto. Antes da construção do terminal, os usuários da hidrovia precisavam descer e subir barrancos carregando bagagens. O porto também melhorou o escoamento de mercadorias e produtos para as comunidades ao longo do rio Madeira, além de representar o incremento do turismo.

A Ahimoc é o órgão responsável pela promoção e desenvolvimento das atividades de execução, acompanhamento e fiscalização de estudos, obras e serviços de hidrovias, dos portos fluviais e lacustres sob a responsabilidade do DNIT, assim como outras atividades compatíveis com suas atribuições e jurisdição.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Localizada, no prédio da antiga Capitania dos Portos, a Ahimoc tem como uma de suas principais ações a manutenção da infraestrutura da hidrovia do rio Madeira, que tem uma extensão de 1.056 km, através da sinalização do canal navegável, do balizamento flutuante das passagens críticas em pedrais, da manutenção das profundidades nos trechos críticos e monitoramento ambiental.

Fonte: Rondoniadireta.com



24 Indígenas de Dourados passam sede e você pode fazer a diferença
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

Mesmo com temperaturas altíssimas nos últimos dias em Dourados, índios da Reserva Indígena estão sem água há quase 15 dias e você pode ajudar sendo solidário.

Jamilye Depieri, em [Dourados Agora](#)

Se você está sofrendo com este calor, mesmo com um ar condicionado, ventilador e água gelada, imagina os índios da Reserva Indígena de Dourados. Há pelo menos 15 dias, famílias da Aldeia Bororó estão sem água. Para saciar a sede, crianças e adultos têm de caminhar quilômetros para pegar água em um córrego sujo, o mesmo que é usado para lavar roupas e tomar banho.

Com a temperatura atingindo picos de 40 graus nas últimas semanas, grande parte das famílias têm de enfrentar uma caminhada para buscar água, já que na torneira sai bem pouco. Além de não matar a sede, a água suja que pode estar contaminada, traz problemas de saúde, além de vômitos e diarreias.

A denúncia pela falta de água foi protocolada na manhã de hoje no Ministério Público Federal. O responsável pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai de Dourados, que é responsável por responder pelo abastecimento de água dentro da Reserva Indígena não foi encontrado pela reportagem.

Hoje, após a divulgação de fotos em uma rede social, internautas começaram a se mobilizar. E você também pode fazer a diferença. A reportagem do site Douradosagora entrou em contato com algumas revendedoras de água mineral e o preço pode variar de R\$ 30 a R\$ 35 reais em um galão de 20 litros de água. Já o fardo de seis unidades de água mineral, com garrafas de 1,5 litro, custa em média R\$ 11 reais.

O site Douradosagora e o Jornal O Progresso estarão fazendo a arrecadação de água mineral, que poderá ser entregue na recepção que fica localizada na Rua Presidente Vargas, 447, em frente à Praça Antônio João no centro de Dourados.



25 MS – “O sertão se faz presente dentro da maior Reserva Indígena do Brasil”
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

Por CombateRacismoAmbiental

Editorial em [Dourado News](#)

Formada por mais de 13 mil habitantes, a Reserva de Dourados é uma das maiores concentrações indígenas em área urbana do país e também uma das regiões mais pobres do município. Ali, os moradores sofrem com a violência, uso demasiado de drogas e álcool e, também, com o preconceito. Porém, outro fator tem levado sofrimento para quem mora naquela região, a falta de água.

Ontem pela manhã, o **Dourados News** rodou dezenas de quilômetros no local e conversou com pessoas que, para conseguir um simples balde com água, precisam andar em torno de 3h sob um sol escaldante de mais de 35°C.

Das torneiras de algumas casas não sai nada, apenas o ‘ar’ do interior dos canos.

Mas, o pior de tudo isso, é saber que o sofrimento e a vida de ‘sertanejo’ que muitos ali levam para conseguir o bem natural que hoje tem dono, é por conta da inoperância dos órgãos competentes e responsáveis por isso, que sempre se calam.

É incrível como os recursos chegam, e em grande quantidade, são alarmados pelas autoridades e do nada, somem. Ou então, as benfeitorias ficam pela metade.

Não se pode admitir que numa cidade onde a população não sofra com o abastecimento de água e rica em nascentes, as pessoas passem por esse problema.

As autoridades devem se atentar ao caso e cobrar por parte de quem compete, explicações do que vem acontecendo ali. Porque, uma simples bomba queimada não pode demorar mais de duas semanas para ser arrumada.

O Ministério Público Federal também precisa ser provocado e se pronunciar sobre a situação que vivem algumas famílias do local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Talvez, desta maneira, cenas de sertão como a vivenciada pela reportagem do **Dourados News**, deixarão de acontecer.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Isabel Carmi Trajber.



26 Movimento popular realiza grito do semiárido no Piauí para barrar mineradoras

SÍTIO JORNAL LUZILÂNDIA, 17.10.2014

No povoado Lagoa Nova, no município de Várzea Grande, na região da grande São Raimundo Nonato, uma empresa de Minas Gerais, está colocando em funcionamento 32 pontos de carvoarias e desmatando grande área em uma região ocupada por comunidades quilombolas

Cerca de 4 mil pessoas participaram do quarto Grito do Semiárido promovido por entidades populares como Caritas, CPT (Comissão Pastoral do Brasil) e Instituto ComRádio do Brasil nas ruas de São Raimundo Nonato contra a implantação de mineradoras na região onde moram trabalhadores da agricultura familiar e comunidades quilombolas.

A manifestação começou na Avenida dos Estudantes, na manhã desta sexta-feira (17). Hidelbrando Pires, coordenador da Casa Diocesano de São Raimundo Nonato, afirmou que o grito desse ano é para chamar atenção de alguns quadros que não foram atendidos e continuam sem resposta por parte do poder público, como a intensa atividade de pesquisa mineral, sem informação necessária as famílias; a atividade de lavra sem determinação legal; registros de 100 processos de pesquisas em São Raimundo Nonato, sendo apenas uma possui solicitação de licença para exploração de manganês, sem que as comunidades tenham qualquer tipo de informação, realização de pesquisa e solicitação de extração dentro da área do corredor ecológico entre os parques nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões.

No povoado Lagoa Nova, no município de Várzea Grande, na região da grande São Raimundo Nonato, uma empresa de Minas Gerais, está colocando em funcionamento 32 pontos de carvoarias e desmatando grande área em uma região ocupada por comunidades quilombolas.

“Nós estamos reagindo por que a mineração destrói as terras, expulsa os moradores da região para ir morar nas periferias da cidades e não ganham nada em troca. A nossa vida foi trabalhar na agricultura familiar e queremos continuar assim”, declarou Cláudio Teófilo Marques, presidente da Associação Territorial dos Quilombolas, que tem 119 comunidades e 1.500 famílias entre os municípios de São Raimundo Nonato, São Lourença, Dirceu Arcoverde, Fartura, Várzea Grande e Bonfim.

Fonte: JL/MN



27 Mesa discute comunidades quilombolas inseridas em unidades de conservação no Vale do Ribeira (SP)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

[Incra](#) - A sobreposição de territórios tradicionais quilombolas e unidades de conservação localizados no Vale do Ribeira (SP) foi um dos principais temas discutidos na quarta rodada da Mesa Permanente de Regularização de Territórios Quilombolas de São Paulo, realizada nesta quarta-feira (15), no auditório da Superintendência do Incra em São Paulo.

Nesta etapa da Mesa, abordaram-se assuntos relacionados a quatro comunidades quilombolas: Pilões, Piririca, Bombas e Praia Grande, todas localizadas no município de Iporanga. Em duas delas, o processo de regularização e titulação das áreas esbarra na questão de que Unidades de Conservação foram criadas em áreas já ocupadas tradicionalmente por comunidades quilombolas. O Petar (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) abrange 100% da área da comunidade Bombas e o Parque Estadual Caverna do Diabo atinge cerca de 50% do quilombo Piririca.

De acordo com a antropóloga do Incra/SP Paula Covo, a legislação ambiental, nestes casos, impõe restrições à ocupação humana, reduzindo o tamanho de plantio das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais, sendo que os entraves precisam ser negociados com o órgão ambiental competente. Nesse sentido, um passo foi dado pela Mesa Permanente com a presença inédita de representantes da Fundação Florestal no debate. “A Mesa aproximou não somente o Incra da Fundação Florestal, mas também as comunidades quilombolas com aquele órgão”, avalia Covo.

Convênio com Itesp

Sobre as comunidades Pilões e Praia Grande, por sua vez, discutiu-se a complementação do Relatório Técnico Científico (RTC) destes quilombos, conforme previsto no convênio firmado entre o Incra e a Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), em julho deste ano. Por meio do convênio, que abrange 12 comunidades quilombolas paulistas, deverá ser consolidado o respectivo RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) de cada comunidade, peça técnica necessária para iniciar o processo de regularização e titulação de suas áreas.

Participaram da quarta edição da Mesa Permanente o superintendente regional do Incra/SP, Wellington Diniz Monteiro, representantes do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/SP, da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

Fundação Itesp, MPF (Ministério Público Federal), MPE (Ministério Público Estadual), PGE (Procuradoria Geral do Estado), Fundação Florestal, ISA (Instituto Socioambiental), Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), Eaacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras) e membros das comunidades quilombolas.



28 Mocambo receberá primeiros títulos de propriedade de território quilombola registrados em Sergipe
SÍTIO INCRA, 17.10.2014

A comunidade remanescente de quilombos de Mocambo - localizada no município de Porto da Folha(SE), distante cerca de 185 Km da capital Aracaju, na microrregião do Alto Sertão -, será a primeira de Sergipe a receber títulos de propriedade registrados em cartório, visando à criação de um território quilombola.

Os títulos, registrados ao final de setembro, referem-se a 12 imóveis rurais obtidos pelo Incra, que compreendem 680 hectares de terras, inseridas na área prevista por estudo para a implantação do território da comunidade. “O registro desses títulos, que é algo inédito em Sergipe, marca a superação de mais uma importante etapa no processo de consolidação do território de Mocambo”, explicou o superintendente regional do Incra/SE, Leonardo Góes.

O território

Estabelecida por um amplo estudo histórico, sócio-econômico e antropológico realizado junto à comunidade, a área prevista para a criação do território de Mocambo possui 2.100 hectares de extensão.

Decretado pela Presidência da República como área de interesse social para a criação de um território quilombola, em novembro de 2009, o perímetro definido para o desenvolvimento da comunidade começou a ser consolidado pelo Incra em 2010. “Da área total prevista para a implantação do território, 1.240 hectares já pertenciam à União e foram incorporados. Para obter os outros 860 hectares, que estavam sob posse de particulares, nós iniciamos um amplo trabalho, que, agora, encontra-se quase concretizado”, afirmou o coordenador do Serviço Quilombola do Incra/SE, Antonio Oliveira.

Ao todo, 680 dos 860 hectares que compreendem áreas particulares inseridas no perímetro do território de Mocambo já estão sob posse e exploração das 114 famílias quilombolas da comunidade.

Pirangy

Além de Mocambo, outra comunidade quilombola de Sergipe também será contemplada com um título de propriedade registrado em cartório.

A comunidade Pirangy, localizada no município de Capela (distante cerca de 70 Km de Aracaju), receberá o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 187/ 2014

Brasília, 17 de outubro de 2014.

título referente à primeira propriedade obtida pelo Incra para a consolidação do seu território.

O imóvel já incorporado ao território possui 71 hectares e ocupa pouco mais da metade da área prevista o desenvolvimento das 45 famílias que compõem a comunidade.

A entrega dos títulos registrados para representantes das duas comunidades será realizada no início de novembro, em Pirangy, no município de Capela (SE).

Assessoria de Comunicação Social do Incra/SE

(79) 4009-1524

www.incra.gov.br